



CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.

CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS: A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART, submete a Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhados do parecer dos auditores independentes. **1 - INTRODUÇÃO:** A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (CART), celebrou contrato de concessão rodoviária, após ter se consagrado vencedora do certame licitatório conduzido pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, por meio do edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008 em outubro de 2008. Desta feita, desde 17 de março de 2009, quando transferido o Sistema Rodoviário do Corredor Raposo Tavares, a Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. vem administrando Sistema Rodoviário do Corredor Raposo Tavares constituído pelas Rodovias João Batista Cabral Rennó (SP 225), Orlando Quagliato (SP 327) e Raposo Tavares (SP 270), com 444 quilômetros de extensão. O Corredor Raposo Tavares é umas das principais vias de produtos, serviços e mercadorias no Estado de São Paulo, formado por mais de 30 municípios, com forte potencial econômico, além de ser valiosa ligação entre o Estado de São Paulo e os Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e região Sul do Brasil. A CART tem como (i) visão: ser reconhecida como a melhor Concessionária de rodovia, (ii) missão: contribuir para o desenvolvimento das comunidades ao longo do Corredor Raposo Tavares, superando continuamente as expectativas dos Acionistas, garantindo a satisfação da ARTESP e dos usuários, (iii) valores: orientação para resultados, competência profissional, garra e

confiança. **2 - AÇÕES EM DESTAQUE EM 2009:** As rodovias João Batista Cabral Rennó, Orlando Quagliato (SP 327) e Raposo Tavares, receberam um investimento de R\$ 266 milhões de reais até dezembro de 2009. A CART executou uma série de medidas emergenciais em todo trecho sob sua concessão e ações priorizando a segurança de seus usuários. Os serviços de apoio ao usuário passaram a ser oferecidos desde o primeiro minuto em que a Concessionária assumiu as rodovias, contando com uma frota de 10 veículos de inspeção de tráfego, 5 UTIs móveis, 7 ambulâncias tipo resgate, 12 guinchos leves, 3 guinchos pesados e 3 guinchos super pesados e cerca de 500 funcionários, como médicos, profissionais de atendimento, profissionais de enfermagem e resgate disponíveis 24 horas por dia na estrada, à disposição dos usuários, para atendê-los no que for necessário. Entre abril e outubro de 2009, a CART realizou um programa emergencial de obras nas rodovias para recuperar as condições de segurança e conforto. Foram feitos reparos localizados, para corrigir buracos, microfresagem e aplicação de novo revestimento em grandes extensões das rodovias para regularizar o pavimento e melhorar o conforto ao dirigir. A sinalização de solo foi refeita e melhorada, com a instalação de tachas refletivas, que aumentam a visibilidade e segurança. Apenas no ano de 2009 gerou 1.900 novos empregos ao longo das cidades do trecho de concessão, 550 diretos e 1.350 por meio de prestadores de serviços, recolheu 8 milhões e 34 mil reais em impostos aos municípios, investiu 3 milhões e 100 reais na Polícia Militar Rodoviária. Também realizou 31.942 atendimentos, 21.168 usuários foram socorridos, 6.612 reparos, 2.811 atendimentos médicos e 1.824

remoções com guinchos diversos, recapeou 167 km de pistas e 214 km de acostamentos, construiu 265 km de cerca, instalou 3.322 placas de sinalização e 129.579 tachas refletivas. **3 - ASPECTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS:** Em dezembro de 2009, foram inauguradas nove praças de pedágio ao longo do trecho concedido, dando início a arrecadação. **4 - ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL:** A CART acredita na responsabilidade socioambiental como um passo para o desenvolvimento auto sustentável das comunidades de seu entorno. Sendo assim, apóia diferentes projetos como forma de combater as desigualdades sociais e promover a inclusão social e geração de trabalho e renda. A responsabilidade socioambiental está presente na missão, visão e no planejamento estratégico, sendo expressa em suas ações e no relacionamento ético mantido com todos os públicos de relacionamento. Com este espírito, gradativamente são ampliados os resultados provenientes dos projetos socioambientais desenvolvidos e, conseqüentemente, o crescente reconhecimento dos parceiros, da sociedade e das comunidades do entorno da via. Em 2009, foram realizados diversos projetos e campanhas voltadas para cultura, esporte, lazer, educação, saúde e meio ambiente, que alcançaram as diversas comunidades ao longo do Corredor Raposo Tavares. **5 - RECURSOS HUMANOS:** A valorização dos seus recursos humanos é uma questão estratégica para a CART, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais)

	2009		2009
Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	29.691	Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	413.790
Contas a receber de terceiros	3.084	Fornecedores	3.578
Estoques	627	Salários e encargos sociais a recolher	1.565
Impostos a recuperar	726	Impostos e contribuições a recolher	1.631
Adiantamentos diversos	1.462	Obrigações para direito de concessão (Nota 12b.)	267.059
Despesas antecipadas	2.261	Partes relacionadas (Nota 10)	81.180
Partes relacionadas (Nota 10)	19.208	Outros	1.100
Outros	4.230	Total do passivo circulante	769.903
Total do ativo circulante	61.289	Não circulante	
Não circulante		Empréstimos e financiamentos (Nota 8)	89.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 5)	18.889	Provisão para contingências (Nota 9)	37
Outros	6	Total do passivo circulante	89.803
Permanente		Patrimônio líquido (Nota 11)	
Imobilizado (Nota 6)	259.374	Capital social	170.000
Intangível (Nota 7)	650.382	Prejuízos acumulados	(39.766)
Total do ativo não circulante	928.651	Total do patrimônio líquido	130.234
Total do ativo	989.940	Total do passivo e patrimônio líquido	989.940

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	2009	2008	2009	
Saldos em 31/12/2008	2	-	-	2
Aumento de capital	169.998	-	-	169.998
Prejuízo do exercício	-	-	(39.766)	(39.766)
Saldos em 31/12/2009	170.000	-	(39.766)	130.234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustada anualmente, com data base no mês julho, pela variação do IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP, que podem advir de atividades relativas a exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O Edital de nº 004/2008 atualmente é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidas, compreendendo: I - SP-270: Rodovias Raposo Tavares: início do trecho no km381, no entroncamento com a SP-327, Km32, Ourinhos; final do trecho no Km654, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul; II - SP-225: início do trecho no km 235+040, no entroncamento com a SP-300, km336+735, Bauru; final do trecho no km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km0+000, Santa Cruz do Rio Pardo; III - SP-327: início do trecho no km0+000, no entroncamento com a SP-225, km317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no km32+443, no entroncamento com a SP-270, km381+703, e entroncamento com a BR-153, Km338+361, Ourinhos. A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2009, após homologação dos resultados pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 11 de março de 2010. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6404/76), alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu pronunciamentos durante o exercício de 2009 com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Quando da apresentação das demonstrações de 2010, as informações de 2009, apresentadas para fins de comparabilidade, deverão ser ajustadas segundo os novos pronunciamentos. A Companhia está efetuando a avaliação dos pronunciamentos técnicos já emitidos, tendo um indicativo de que, à exceção da interpretação técnica ICPC 01, os demais pronunciamentos não produzirão impacto relevante em suas demonstrações financeiras. A interpretação técnica ICPC 01 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível. Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica, a Companhia está avaliando os seus reflexos nas suas demonstrações financeiras, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos órgãos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da referida instrução técnica. Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas suas demonstrações financeiras. **3. Principais práticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis a qualquer prazo e com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são de liquidez imediata e atualizadas até a data do balanço (Nota 4). b) **Contas a receber de terceiros:** As contas a receber referem-se, substancialmente, a receitas de pedágio eletrônicos e acessórios, as quais são registradas pelo valor faturado, incluindo os

respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. c) **Despesas antecipadas:** Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. d) **Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, formação ou construção acrescido dos encargos financeiros incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso de equipamentos, deduzida das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear, a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens (Nota 6). e) **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável (Nota 7). f) **Provisão para recuperação de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se faz necessária a constituição de provisão para recuperação de ativos. g) **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são registrados pelos valores originais acrescidos dos juros e da atualização monetária incorridos até a data do balanço (Nota 8). h) **Provisão para contingências:** A provisão para contingências é registrada de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores jurídicos internos e externos e da Administração (Nota 9). i) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo que um recurso econômico seja requerido para liquidação de alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridas e registradas por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. j) **Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita operacional é reconhecida quando da utilização pelos usuários das rodovias e quando da prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há incertezas na sua realização. k) **Tributação:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	2,00% a 5,00%	-

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável geram créditos ou débitos tributários diferidos. O ativo fiscal diferido é constituído com base nas alíquotas conhecidas, sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais)

	2009
Prejuízo do exercício	(39.766)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido com recursos provenientes de atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	20.942
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidos ...	17.030
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(18.889)
Aumento em ativos operacionais:	
Contas a receber de terceiros	(3.084)
Estoques	(627)
Despesas antecipadas	(2.261)
Outros	(4.230)
Partes relacionadas	(19.208)
Impostos a recuperar	(726)
Adiantamentos diversos	(1.462)
Aumento em passivos operacionais:	
Fornecedores e provisões diversas	3.578
Obrigações fiscais	1.631
Salários e encargos sociais	1.565
Obrigações para direito de concessão	267.059
Partes relacionadas	78.000
Provisão contingências	37
Outros passivos	1.100
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	300.689
Aumento em atividades de investimentos:	
Adições ao imobilizado e intangível	(930.698)
Caixa líquido utilizado em atividades de investimentos	(930.698)
Aumento em atividades de financiamentos:	
Empréstimos com terceiros	489.700
Integralização de capital social	169.998
Caixa líquido gerado em atividades de financiamento	659.698
Aumento de caixa	29.689
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	29.691

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	2009
Receita operacional bruta	25.875
Deduções da receita operacional bruta	(2.161)
Receita operacional líquida	23.714
Custo dos serviços prestados	(48.349)
Prejuízo bruto	(24.635)
Despesas operacionais:	
Gerais e administrativas	(12.976)
Depreciações e amortizações	(4.543)
Despesas financeiras, líquidas	(16.501)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(58.655)
Imposto de renda e contribuição social diferido (Nota 5)	18.889
Prejuízo do exercício	(39.766)
Prejuízo por lote de mil ações, no final do exercício em reais	(233.92)

temporárias, conforme as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 273/98, alterada pela Instrução CVM nº 371/02, considerando os valores prováveis de realização conforme a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros (Nota 5) fundamentada em estudo técnico de viabilidade. l) **Estimativas contábeis:** São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos às estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. m) **Demonstração do fluxo de caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

	2009
Caixa e bancos	7.615
Aplicações financeiras	22.076
Total	29.691

Em 31 de dezembro de 2009, as aplicações financeiras referem-se substancialmente a operações de renda fixa junto a instituições financeiras de primeira linha, por meio de Certificados de Depósito Bancário - CDB indexado à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez imediata.

	2009
Imposto de renda diferido	13.889
Contribuição social diferida	5.000
Total	18.889

A Companhia tem créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Devido ao fato de serem imprescritíveis, não há data limite para a utilização desses créditos tributários. A compensação dos prejuízos fiscais, limitada por ter 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, de acordo com a deliberação CVM nº 273/98 e, nos termos da Instrução CVM nº 371/02, que estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido, decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. Os estudos técnicos realizados pela Companhia para suportar a manutenção dos valores contabilizados, confirmam a capacidade provável de geração de lucros tributáveis e a plena realização destes ativos dentro do prazo estipulado na referida Instrução. Tais estudos correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura dos

CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.			
CNPJ/MF: 10.531.501/0001-58			
resultados da Companhia. Nesse sentido, e devido a própria natureza das projeções financeiras e às incertezas inerentes às informações baseadas em expectativas futuras, principalmente no mercado no qual a Companhia está inserida, poderá haver diferenças entre os resultados estimados e os reais. Na tabela abaixo, apresenta-se o cronograma previsto para realização total dos ativos fiscais diferidos registrados:			
Exercício			
2013	430		
2014	2.081		
2015	6.115		
2016	10.182		
Acima de 2017	81		
	18.889		
6. Imobilizado:			
		2009	
	Taxa anual de depreciação (%)	Depreciação Acumulada	Líquido
	Custo	Liquido	Liquido
Construção	4	9.187 (45)	9.142
Edifícios	4	103.259 (759)	102.500
Instalações	4	141 -	141
Veículos	20	1.678 (183)	1.495
Sistema de controle de arrecadamento	20	5.369 (312)	5.057
Sistema de telecomunicações	20	6.104 (337)	5.767
Sistema de monitoração de tráfego	20	30 (1)	29
Computadores e periféricos	20	5.771 (337)	5.434
Móveis e utensílios	10	1.301 (40)	1.261
Ferramentas	4	180 (2)	178
Desapropriação	3,33	1.395 (4)	1.391
Pavimentos	12,5	99.362 (1.695)	97.667
Obras de arte	12,5	1.394 (17)	1.377
Dispositivos de segurança	12,5	6.505 (123)	6.382
Sinalização	12,5	17.175 (479)	16.696
Imobilizados em rodovia	4	4.903 (46)	4.857
		263.754 (4.380)	259.374
Durante o ano de 2009, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento das obras em andamento no montante de R\$16.088. 7. Intangível:			
		2009	
	Prazo de amortização em anos	Depreciação acumulada	Líquido
	Custo	Liquido	Liquido
Direito de uso de software	5	2.683 (163)	2.520
Outorga fixa	30	664.261 (16.399)	647.862
		666.944 (16.562)	650.382
A outorga fixa refere-se ao direito de exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares. O prazo para a exploração é de trinta anos, podendo ser prorrogado conforme condições previstas no contrato de concessão. Durante o ano de 2009, a Companhia capitalizou encargos financeiros incorridos sobre financiamento da aquisição do direito de exploração, no montante de R\$8.288. 8. Empréstimos e financiamentos: A Companhia emitiu durante o primeiro trimestre de 2009, 37 notas promissórias comerciais, no montante de R\$370.000, na forma nominativa, com prazo de vencimento em 180 dias, e com remuneração de 100% do CDI e juros de 4% a.a.. Em 03 de setembro de 2009 houve a quitação desta operação. Em 25 de agosto de 2009, a Companhia emitiu 40 notas promissórias comerciais no montante de R\$400.000, na forma nominativa, com prazo de vencimento em 28 de fevereiro de 2010, e com remuneração de 129% do CDI. Estas notas promissórias são garantidas por: (i) aval de sua acionista Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. ("Invepar"); (ii) cessão fiduciária de 100% do fluxo de recebíveis da Companhia provenientes das praças de pedágio existentes e que venham a ser instaladas até a data do vencimento das notas promissórias; e (iii) todos os direitos e créditos atuais e futuros da cedente depositados em conta centralizadora. Em 28 de dezembro de 2009, a Companhia captou empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES no montante de R\$89.700, com encargos financeiros a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescidos de juros de 2% a.a., vencimento em 04 de abril de 2011 e garantido por aval de sua acionista Invepar. Este contrato está sujeito a determinadas cláusulas restritivas de dívida ("Debt Covenants"), que incluem, entre outras, a manutenção de certos índices			
financeiros, calculados com base nas demonstrações financeiras auditadas, a cada período de seis meses, a partir de 30 de junho de 2010. 9. Provisão para contingências: A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas. Perdas possíveis: Em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi avaliada pelos consultores jurídicos da Companhia como perda possível, o valor envolvido é de R\$553. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos não foi efetuada provisão para contingências deste valor. 10. Transações com partes relacionadas:			
		2009	
		Ativo	Passivo
		Circulante	Resultados
		Imobilizado	(Despesa)
OAS Engenharia e Participações Ltda.	19.092	194.098	-
Linha Amarela S.A. - LAMSA	116	-	30.884 (883)
Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S.A. - Invepar ...	-	-	18.650 (578)
Concessão Metropolitana do Rio de Janeiro S.A. - "Metró Rio"	-	-	31.646 (1.646)
		19.208	194.098
		81.180	(7.350)
Serviços - Ativo: Em 05 de março de 2009, foi celebrado entre a Companhia e a parte relacionada OAS Engenharia e Participações Ltda., o contrato de execução das obras civis, compreendendo projetos funcionais e executivos dos serviços de recuperação, ampliação e melhorias no sistema rodoviário Raposo Tavares. Os preços e as quantidades, quando aplicável, estão de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, o qual é fiscalizado pela ARTESP. O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de cinco anos, é o de empreitada e o preço global acordado entre as partes foi de R\$1.078.096, devendo os pagamentos serem realizados nas seguintes condições: i) Adiantamento no montante de R\$57.276, realizado em 19 de março de 2009, que será amortizado durante os doze primeiros meses de execução dos serviços, através de descontos mensais nas medições destes serviços; ii) Parcelas mensais conforme a execução dos serviços com base no cronograma físico-financeiro do respectivo contrato. O preço global será reajustado a cada período de doze meses conforme fórmula paramétrica constante no contrato. Excepcionalmente, independente do reajuste que será auferido com a aplicação desta fórmula, os preços contratuais serão reajustados sempre que esta variação indicar o percentual igual ou superior a meta inflacionária divulgada pelo Banco Central do Brasil. Mútuos financeiros - Passivo: Em 18 de setembro de 2009, a Companhia firmou o contrato de mútuo com a parte relacionada Linha Amarela S.A. - LAMSA, no montante de R\$30.000. Este contrato possuía vencimento em 18 de novembro de 2009, o qual foi prorrogado para 18 de março de 2010, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 2% a.a.. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo a pagar é de R\$30.884. Em 29 de setembro de 2009, a Companhia obteve através de seu acionista Invepar, mútuo financeiro no montante de R\$18.000. Este contrato possuía o vencimento em 29 de novembro de 2009, o qual foi prorrogado para 29 de março de 2010, com encargos financeiros à taxa de 100% do CDI acrescido de juros de 4,2% a.a.. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo a pagar é de R\$18.650. Em 14 de outubro de 2009, a Companhia firmou contrato de mútuo com sua parte relacionada Metrô Rio no montante de R\$70.000. Este contrato possui o vencimento em 11 de fevereiro de 2010, com encargos financeiros à taxa de 130% do CDI. Em 29 de dezembro de 2009, a Companhia antecipou o pagamento em R\$40.000. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo a pagar é de R\$31.646. 11. Patrimônio líquido: Em 12 de novembro de 2008, o capital social totalmente subscrito e integralizado era de R\$2 correspondentes a 2.000 ações nominativas, sem valor nominal. Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária em 06 de março de 2009, houve a aprovação de aumento de capital social no montante de R\$169.998, sendo totalmente integralizado pelos acionistas durante o ano de 2009. Em 03 de agosto de 2009, as acionistas da Companhia, Invepar e Construtora OAS Ltda., celebraram contrato de compra e venda de ações, através do qual a			
investimentos de longo prazo e aporte de capital pelo acionista sejam suficientes para a reversão do quadro atual com o alcance e manutenção do equilíbrio de seu fluxo de caixa. Sendo assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.			
São Paulo, 11 de março de 2010.			
<p style="text-align: right;">DIRETORIA</p> <p style="text-align: right;">Ricardo Schittini Duarte - Diretor Presidente Fabio da Silva Baptista - Contador -CRC: 1SP170223/O-8</p>			

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da **Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.** 1. Examinamos o balanço patrimonial da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A., levantado em 31 de dezembro de 2009, e a respectiva demonstração do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das

estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$708.614 mil, o qual está de acordo com o previsto no plano de negócios da Companhia. Tal plano prevê que os recursos originados das operações atrelados à obtenção de financiamentos para

investimentos de longo prazo e aporte de capital pelo acionista sejam suficientes para a reversão do quadro atual com o alcance e manutenção do equilíbrio de seu fluxo de caixa. Sendo assim, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

São Paulo, 11 de março de 2010.

ERNST & YOUNG

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti - Contador
CRC-1SP144343/O-3
Wagner dos Santos Junior
Contador CRC-1SP216386/O-1

SPE ARVOREDO ENERGIA S.A.

CNPJ: 09.076.988/0001-47 - Av. Brigadeiro Faria Lima, 1309 1º andar sala A

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e às normas estatutárias, vimos submeter à consideração de V. Sas as Demonstrações Contábeis referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, da empresa SPE Arvoredo Energia S.A. Continuamos ao inteiro dispor de V. Sas, para quaisquer esclarecimento relativo às contas prestadas. São Paulo, 23 de Fevereiro 2.010. A Administração.

Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)				Demonstrações de resultados - em 31/12/2009 e 2008 (em MRS)			
	31/12/09	31/12/08		31/12/09	31/12/08	31/12/09	31/12/08
Ativo			Passivo				
Circulante	132	159	Circulante	2.231	37	Custo de geração de energia elétrica	(188)
Disponibilidades	8	1	Financiamentos	1.030	-	Lucro bruto	(188)
Adiantamento a fornecedores	24	15	Fornecedores	1.105	35	(Despesas) receitas operacionais	
Impostos a recuperar	57	-	Obrigações tributárias	88	2	Gerais e administrativas	(230)
Outros	43	143	Outras contas a pagar	8	-	Receitas financeiras	9
Não circulante	81.994	21.950	Não circulante	34.617	-	Despesas financeiras	(54)
Imobilizado	81.462	21.418	Financiamentos	34.148	-	Prejuízo do exercício antes do imposto de renda	(463)
Intangível	532	532	Partes relacionadas	4	-	Prejuízo do exercício	(463)
Total do ativo	82.126	22.109	Adiantamento para futuro aumento de capital	465	-	Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12 2009 e 2008 (em MRS)	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)			Patrimônio líquido	45.278	22.072	Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/09
Capital Real.	Res. Capital	Prejuízo acum.	Capital social	45.910	45.910	Prejuízo do exercício antes do imposto de renda	31/12/08
Total			(-) Capital social a integralizar	-	(23.670)	Variáveis nos ativos e passivos	
Saldo em 31.12.2007	-	(1)	Capital integralizado	45.910	22.240	(Aumento) redução Outros valores a receber	34 (158)
Aumento de Capital	22.240	-	Prejuízos acumulados	(632)	(168)	Aumento (redução) em Fornecedores	1.070 35
Prejuízo do exercício	-	(168)	Total do passivo	82.126	22.109	Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	8 -
Saldo em 31.12.2008	22.240	(169)				Aumento (redução) no impostos e contrib. recolher	86 2
Aumento de Capital	23.670	-				Aum. (red.) Adiantamento p/ futuro aum. de capital	465 -
Prejuízo do exercício	-	(463)				Cxa. liq. prov. de (util. nas) ativ. operac.	1.200 (289)
Saldo em 31.12.2009	45.910	(632)				Fluxos de caixa das atividades de investimentos	
Notas explicativas às demonstrações financeiras (em MRS)						Compras de imobilizado	(60.046) (21.418)
1 - Contexto operacional - A SPE Arvoredo Energia S.A. ("Companhia") foi constituída em 01 de agosto de 2007 e tem como objeto social implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica ("PCH").						Intangível	- (532)
2 - Apresentação das demonstrações financeiras - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).						Juros capitalizados no ativo imobilizado	1.179 -
3 - Resumo das principais práticas contábeis - a. Ativo circulante - • Disponibilidades - Compreendem o saldo em caixa, depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. As aplicações estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do						Cxa liq. prov. de ativ. investimento	(58.867) (21.950)
						Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
						Integralização de capital	23.670 22.239
						Dívidas com pessoas ligadas	4 -
						Capitação de empréstimo	34.000 -
						Cxa liq. prov. de ativ. financiamento	57.674 22.239
						Demonst. do aum. nas disp. No início do exercício	1 1
						No fim do exercício	8 1
						Aumento nas disponibilidades	7

A Diretoria

Daniel Rocha da Silva - Contador CRC 1SP192641/O-4